

# O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, AS TENSÕES NA LUTA POR UM DIREITO SOCIAL E OS SINAIS DA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**Maria Antônia de Souza**

Doutora e Mestre em Educação; Docente do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação - Universidade Tuiuti do Paraná; Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Curitiba – PR [Brasil]  
[maria.antonio@pq.cnpq.br](mailto:maria.antonio@pq.cnpq.br)

Este texto problematiza a Educação do Campo e tem o intuito de demonstrar os sinais da construção de políticas públicas que vem sendo possibilitada pela participação efetiva dos trabalhadores do campo. Se considerarmos como marco inicial a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, de 1998, constataremos que a Educação do Campo tem mais de uma década de existência. Integra a luta dos trabalhadores pelo cumprimento de um direito social – a educação – e pressupõe uma concepção de educação emancipatória, nos termos de Mészáros (2005), em contraposição a uma educação excludente e que ignora a ruralidade do território brasileiro; a Educação do Campo opõe-se à Educação Rural. É construída coletivamente pelos trabalhadores e, num crescente movimento nacional, vem adensando os projetos educacionais, as parcerias, o envolvimento de segmentos governamentais e a necessidade de modificações curriculares, especialmente na educação superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Educação do Campo. Movimento social. Políticas públicas.

## 1 Introdução

Neste texto, problematiza-se a Educação do Campo, evidenciam-se as tensões que permeiam o seu movimento e indicam-se sinais da construção de políticas públicas. Em dez anos de história, muitas reflexões foram desenvolvidas sobre os conceitos de campo, de educação e de políticas públicas. Os principais expoentes desse debate são Bernardo Mançano Fernandes, Miguel Gonzalez Arroyo, Mônica Castagna Molina e Roseli Salete Caldart. É importante lembrar os muitos pesquisadores que vêm fortalecendo as indagações e as revelações sobre a Educação do Campo, as práticas educacionais e as políticas públicas. São autores de teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* das áreas de Educação, Geografia, História e Sociologia, para citar algumas, orientadas por uma gama de professores e pesquisadores que, há tempos, dedicam-se a estudos sobre a educação e os movimentos sociais de trabalhadores.

Busca-se, por meio deste estudo, fazer uma abordagem descritiva do movimento da Educação do Campo, mas com a provocação do debate sobre a configuração que o movimento adquiriu em sua trajetória, especialmente ao trazer à universidade – parte dela – a prática social maior que problematiza e faz caminhar a Educação do Campo, a Educação e a construção de políticas públicas. É preciso anunciar a construção de uma esfera pública na relação entre sociedade civil e governos, por meio da tensão gerada pelo questionamento das contradições sociais brasileiras.

Suscitar o debate da esfera pública não significa que as categorias do materialismo histórico-dialético foram abandonadas, como pode parecer a alguns. O ponto de partida são as categorias que explicam a dinâmica da realidade. Prática social é uma categoria imprescindível para compreender o movimento da Educação do Campo e como os interesses de classe constituem outro conceito que permite entender, de um lado, a organização dos trabalhadores rurais, e, de outro, as ações civis públicas oriundas do Ministério

Público Federal contra as experiências de Educação do Campo, particularmente as ligadas à educação superior. É a materialidade das relações sociais que possibilita conhecer esse movimento que se alarga pela sociedade brasileira. No entanto, o conceito de esfera pública nos permite ultrapassar os limites tradicionalmente postos entre sociedade civil e Estado. Nesse ponto, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) nos parece a experiência mais concreta de uma política pública desenhada pelos próprios trabalhadores. A essência do público está no caráter da participação efetiva da sociedade nas questões que a ela interessam. Esse movimento é difícil, lento, tenso e exige disposição individual e coletiva, além de disposição política para enfrentamentos ideológicos e políticos, tanto na ação maior na sociedade quanto na ação cotidiana nos ambientes escolares e de negociação com governos municipais e estaduais.

## 2 O movimento Educação do Campo

A Educação do Campo é aqui entendida como resultado de um movimento nacional, cujos sujeitos coletivos, como bem aponta Munarim (2008), são: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à Contag.

Nesse movimento nacional, é importante agregar instituições como as universidades federais e estaduais que, por meio da participação e do interesse de pesquisadores nos movimentos sociais de trabalhadores e na educação popular, têm colaborado na execução de projetos e de parcerias

que, geralmente, são efetivadas entre os sujeitos organizados da sociedade civil, as instituições educacionais e os governos. O Pronera, criado em 1998, é singular no que concerne às parcerias entre a sociedade civil e os governos. Ele agrega os projetos educacionais de alfabetização, escolarização, formação inicial e continuada de trabalhadores do campo. A tríade movimentos sociais, universidades e governos tem marcado os projetos vinculados ao Pronera desde a sua origem.

Outro exemplo de parceria em Educação do Campo é a Escola Latino-Americana de Agroecologia. A Escola, criada por meio de uma parceria entre a Universidade Federal do Paraná, o governo do Estado do Paraná, o governo da Venezuela, o movimento Via Campesina e o MST, completará quatro anos em agosto de 2009 e está localizada no assentamento Contestado, município da Lapa, no Estado do Paraná. Fundada pelo movimento camponês, busca construir uma nova matriz de produção, cujo fundamento se encontra na agroecologia e na preservação do meio ambiente. A graduação é desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná e tem duração de três anos. O trabalho pedagógico e as aulas são realizados segundo a concepção de educação em alternância, integrando atividades que se realizam no tempo-escola e outras desenvolvidas no tempo-comunidade. Cada etapa tem duração média de 60 a 70 dias<sup>1</sup>.

Organizações não governamentais, como a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), no Estado do Paraná, em sua trajetória de mais de quatro décadas, desenvolvem projetos com pequenos produtores e com os assentados da reforma agrária, tais como os direcionados para a educação dos trabalhadores.

Além disso, vêm agregando ao movimento nacional da Educação do Campo as iniciativas governamentais, ainda personificadas, das equipes que integram as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação de diversas localidades no Brasil. Tais iniciativas, por mais tímidas que sejam, têm potencializado a construção de políticas públicas de Educação do Campo.

1 Para maiores detalhes, procure a Escola Latino-Americana de Agroecologia disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

No Estado do Paraná, a Secretaria Estadual de Educação, por meio da Coordenação da Educação do Campo, desde 2003 vem desenvolvendo simpósios e seminários de formação continuada para professores e pedagogos que trabalham nas escolas localizadas no campo. Nos últimos três anos, houve intensificação desses trabalhos, particularmente da formação continuada de professores, desenvolvida regionalmente, ao lado dos eventos que agregam todos os professores para uma reflexão mais ampla sobre a Educação do Campo. No entanto, existem muitas escolas em que os professores e a comunidade em geral não têm ideia do que seja a Educação do Campo. Esse fato tem gerado a necessidade de intensificar o debate e a produção de materiais pedagógicos que possam auxiliar as escolas na discussão do currículo, da concepção de educação e do que seja a Educação do Campo.

As iniciativas municipais, por sua vez, têm revelado a preocupação com o currículo da Educação do Campo, a exemplo do Município de Araucária, Região Metropolitana de Curitiba, onde se tem intensificado os trabalhos de reflexão do currículo e dos conteúdos escolares, no contexto das Diretrizes Nacionais para as Escolas Básicas do Campo.

Uma questão interessante diz respeito aos motivos que levam determinadas secretarias a um maior envolvimento em relação a outras no que se refere à Educação do Campo. A resposta a essa questão nos faz pensar no fator disposição da equipe pedagógica, que se mostra interessada pela Educação do Campo, realidade, às vezes, marginalizada pela política educacional local. Tais iniciativas indicam também a disposição governamental para novas ações que possam intensificar a escolarização da população. Esse interesse tem levado professores e pedagogos a investigar, na educação, as práticas, a gestão e a dinâmica do movimento nacional da Educação do Campo. As buscas ocorrem geralmente nos cursos de especialização ou de mestrado e doutorado. É fato que, embora tais iniciativas sejam bem tímidas, anunciam a função social da universidade. Cabe mencionar, neste ponto, que a ampliação dos grupos de estudos e de pesquisas voltados aos movimentos sociais, à educação

popular e à Educação do Campo, em praticamente todos os estados brasileiros, vem agregando profissionais que se interessam pelo estudo de um tema que integra sua prática cotidiana – as escolas localizadas no campo.

O que marca o movimento da Educação do Campo nestes dez anos de existência? É certo que ele emerge da prática coletiva dos movimentos de trabalhadores, que se insere na dinâmica contraditória da sociedade capitalista, vindo questionar a exclusão dos trabalhadores do seu direito à educação e defendendo a escolarização como processo necessário à formação e emancipação humana. Esse movimento, que compreende a educação como direito fundamental, não se reduz ao pedagógico nem à gestão escolar e, e muito menos, à delimitação político-geográfica. Além disso, é certo que o movimento indaga a concepção de educação urbanizada que marca os materiais didáticos e a rotina no mundo escolar, o que nos leva a pensar o lugar do campo na educação escolar.

Essa questão, pouco discutida ainda, parece-nos das mais significativas para um futuro debate: em que medida o movimento da Educação do Campo propicia um repensar do currículo escolar? Por exemplo, na Educação Superior, a concepção curricular que rege a maioria dos cursos resume-se à fundamentação teórico-prática centrada na experiência de vida e em sua relação com o mundo urbano. Estudantes de medicina fazem estágio no Brasil rural? Estudantes de Pedagogia e demais licenciaturas fazem estágios curriculares nas escolas localizadas no campo? Os professores da educação superior dedicam atenção à ruralidade brasileira?

Essas tematizações pontuais podem levar a um debate da essência da Educação do Campo, que é a luta social, da qual ela emerge e na qual se insere. E mais, questiona-se o lugar do campo e dos povos do campo no Estado brasileiro.

Consequentemente, o movimento da Educação do Campo adquire uma configuração social complexa nesses dez anos de existência. Em sua composição, há os movimentos sociais, as universidades, os grupos de estudos

e de pesquisas, as equipes pedagógicas estaduais e municipais. Destaque-se ainda sua capacidade de agregar diferentes coletivos no debate da Educação dos trabalhadores no Brasil.

O movimento é tenso por questionar a estrutura da sociedade brasileira, as raízes das contradições sociais e do processo de expropriação dos trabalhadores do campo. Uma tensão é expressa nas iniciativas de ação civil pública contra a existência de cursos de Direito e de Agronomia, por exemplo, direcionados aos trabalhadores dos assentamentos de reforma agrária. O Ministério Público Federal entrou com ação civil pública tentando suspender o curso de Direito desenvolvido desde 2007, na Universidade Federal de Goiás (UFG), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Esse projeto vincula-se ao Pronera. O Ministério Público Federal alegava inconstitucionalidade do curso. No entanto, com base na máxima da Constituição Federal de 1988, em que todos são iguais perante a lei, a Procuradoria Federal de Goiás garantiu a manutenção do curso e a sua legalidade. Tais ações indicam a forte tensão gerada pelo movimento da Educação do Campo, por interrogar a lógica excludente que predomina também na educação brasileira.

A criação de um curso de Direito para os trabalhadores dos assentamentos de reforma agrária é uma prova de que o movimento da Educação do Campo é maior do que a ação coletiva dos sujeitos coletivos do campo. Sem dúvida, a força desse movimento está na organização coletiva. As experiências educacionais, em todo o Brasil, desde os cursos de Pedagogia da Terra, Pedagogia do Campo, Especialização em Educação do Campo, Licenciaturas em Educação do Campo e tantos outros, surgem da força do movimento da Educação do Campo, mas materializam-se com o apoio dos grupos e sujeitos de outros movimentos e entidades, como é o caso dos professores e pesquisadores que colaboram para a inserção da Educação do Campo na universidade brasileira.

### 3 A Educação do Campo

Afinal, o que vem a ser a Educação do Campo? Para os estudiosos dos movimentos sociais e da educação, essa questão pode estar resolvida; para outros, ela precisa ser mais bem explicitada e – pensamos – mais interrogada, dado o movimento atual e complexo da Educação do Campo.

De início, para respondê-la, são necessárias algumas reflexões de Caldart (2008). A autora critica os autores que tendem a separar os sujeitos do campo da Educação do Campo e a tirar a dimensão de política pública da Educação do Campo, bem como aqueles que a confundem com prática pedagógica. Para ela, o importante é manter a materialidade da origem da Educação do Campo, ou seja, pensá-la sempre com base na tríade campo, política pública e educação. Assim, afirma Caldart:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. (CALDART, 2008, p. 71).

A Educação do Campo expressa um posicionamento ideológico e político da classe trabalhadora do campo, contrário aos projetos para campo oriundos do agronegócio e da lógica de expropriação dos trabalhadores de seus lugares de trabalho e de moradia. Ela é marca de uma prática social em que os sujeitos centrais são coletivos. A concepção de educação que a orienta encontra fundamentos em Gramsci, Marx, Paulo Freire, Pistrak e Vygotsky.

Embora alguns expoentes da Educação do Campo possam entender que mencionar as tendências teóricas seja reducionismo, tal ação é considerada pertinente na medida em que a concepção de educação que rege a Educação do Campo é dialógica, crítica, emancipatória. Nesse contexto, conceitos como trabalho, educação, cultura e mediação são fundamentais para compreendê-la.

Quando se trata de pensar a prática escolar no contexto da Educação do Campo, o pensamento de Vygotsky sobre mediação no processo de aprendizagem é fundamental para que a educação não reitere os processos de exclusão dos sujeitos, pois os trabalhadores trazem, para os bancos escolares, experiências do mundo do trabalho que carecem de potencialização para que novos conhecimentos sejam adquiridos. Como afirmou Miguel Arroyo, a educação é para que os alunos ampliem a caixinha de ferramentas do conhecimento.

Ao pensarmos a cultura e o modo de vida no campo, é o conceito trabalho, tal como concebido por Marx como força empregada pelo homem, que modifica a natureza e o próprio homem, que se revela como fonte da prática social. Imaginemos uma comunidade de Ilhéus e a escola pública na ilha. A vida dos ilhéus, pescadores, é toda produzida pelas relações de trabalho e é por meio delas que se fazem humanos. E quais conteúdos são tratados nessas escolas? Cunha (2009) tem mostrado que há preocupação dos professores das escolas das ilhas em compreender a Educação do Campo e, com isso, buscar a valorização dos aspectos da cultura local no contexto dos conteúdos curriculares orientados pelas secretarias municipais. O debate sobre a Educação do Campo entre os professores e comunidades de povos ilhéus é atual e está acontecendo.

O que diferencia, afinal, a Educação do Campo da Educação Rural? São conceitos idênticos? Uma dá continuidade à outra? A resposta parece óbvia, são conceitos e práticas opostas do ponto de vista pedagógico, político e teórico. As concepções de educação e os sujeitos que as desenvolvem são

diferentes. Os sujeitos que delas participam são os trabalhadores, embora com lugares bem definidos: em uma, são sujeitos de processo histórico; em outra, objetos de políticas e de práticas educativas. A Educação do Campo é construída no movimento de aproximação coletiva dos povos do campo, ao passo que a Educação Rural integra ações voltadas para os trabalhadores e povos do campo.

A diferença reside na concepção de educação que as norteia. A Educação do Campo está assentada em uma perspectiva emancipatória, em uma educação projetada para o futuro. A Educação Rural está assentada numa perspectiva que concebe o campo como o lugar do atraso, e os trabalhadores, como pessoas que precisam de orientação e de escola que transmita conteúdos com caráter urbano. Muitas iniciativas governamentais em educação rural foram higienistas, tecnicistas e voltadas ao desenvolvimento da produção capitalista.

A diferença reside na origem de cada uma delas. Enquanto a Educação do Campo emerge da sociedade civil organizada, a Rural, ainda que marginal nas políticas educacionais, provém da iniciativa governamental, uma vez que é planejada pelos técnicos da educação.

O conceito Educação Rural agrega também as experiências que foram organizadas pelas comunidades locais, como é o caso das de imigrantes que constituíam as próprias comunidades em suas colônias. Das experiências das Casas Familiares Rurais e das Escolas Famílias Agrícolas da década de 1970, nenhuma, até então, tinha adquirido a característica de constituir-se como prática social marcada por sujeitos coletivos, como é o caso da Educação do Campo.

Uma questão importante a ser levantada é: a quem interessa a Educação do Campo? Somente aos trabalhadores rurais? Aos povos do campo? Ao tomarmos como referência as obras de Eli da Veiga (2003) e de Valéria Villa Verde (2004), constatamos que o Brasil é menos urbano do que se calcula. Como afirma Veiga, a maioria dos municípios brasileiros tem densidade demográfica inferior a 40 hab/km<sup>2</sup>. O autor mostra que o parâ-

metro da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) “[...] para que uma localidade seja considerada urbana é de 150 hab/km<sup>2</sup>. Por esse critério, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos.” (VEIGA, 2003, p. 65). O estudo de Verde (2004) demonstra que, no Estado do Paraná, essa realidade não é diferente, pois há o predomínio de municípios com baixa densidade demográfica. A autora mostra que o Estado do Paraná tem sete aglomerações urbanas que contam com 47 municípios, os quais abrigam 50,3% da população do Estado. Por outro lado, dos outros 352 municípios, 345 possuem densidade demográfica inferior a 80 hab/km<sup>2</sup>. Dos 399 municípios que compõem o Estado, 302 possuem população com até 20 mil habitantes.

Se a maioria dos municípios é marcada pela ruralidade, a quem interessa a Educação do Campo? A todos? Em princípio, interessa aos sujeitos coletivos que pretendem construir políticas públicas de educação emancipatória. No Estado do Paraná, segundo critérios e levantamentos de dados da Coordenação da Educação do Campo, da Secretaria Estadual de Educação, existem, aproximadamente, 560 escolas localizadas no campo. Considerá-las escolas vinculadas ao movimento da Educação do Campo requer um longo debate com professores, pedagogos e comunidades. O estudo de Machado (2009) mostra uma prática educativa emancipatória em uma escola do campo localizada num assentamento organizado pelo MST. A experiência, entretanto, é singular. Outros estudos, como o de Vaz (2009) e o de Cruz (2009), demonstram que a maioria dos professores não sabe o que é Educação do Campo, não conhece os documentos produzidos pelo movimento nacional da Educação do Campo, nem tem estudado efetivamente suas diretrizes nacionais e estaduais.

Esse fato demonstra que é necessário rever o lugar do campo brasileiro nos conteúdos curriculares tanto da educação básica quanto da superior. A partir dessa ótica, a Educação do Campo e o debate sobre o campo brasileiro passam a despertar o interesse de toda comunidade que está em processo de

formação escolar. O movimento nacional da Educação do Campo indaga não só a lógica do trabalho pedagógico e do currículo na instituição escola, mas também a educação pública no Brasil.

#### **4 O movimento da Educação do Campo é maior do que a luta por direito social**

Todos reconhecem que a educação é um direito social e que esse direito está posto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No entanto, a história das lutas sociais em busca da escola pública é notória no Brasil, particularmente da década de 1940 em diante.

No campo, as escolas eram isoladas. Muitas pessoas migraram do campo para as cidades no início do século XX e adensaram os movimentos de lutas por escola pública, por acreditarem ser a formação escolar um caminho para a conquista de melhor emprego.

No campo, por volta da década de 1980, iniciam-se as experiências de consolidação das escolas unidocentes. Pereira (2002) analisa esse movimento no Estado do Paraná, traçando paralelos e diferenciações com o movimento de consolidação de escolas nos EUA. Descreve como positiva a implantação das escolas consolidadas, o que possibilitou, segundo ele, a redução do mau funcionamento das escolas rurais.

A discussão sobre consolidação ou não das escolas requer uma indagação anterior: como se dá o acesso à escola? Por meio do transporte escolar? Quantas horas são necessárias para o trajeto de casa até a escola? O direito à educação requer menção ao direito de acesso e permanência na escola. A Educação do Campo tem problematizado tais questões entre as contradições sociais maiores que marcam a realidade brasileira. Não se trata de reduzir o mundo dos trabalhadores do campo à sua realidade local; ao contrário, o movimento é de ampliação dos conhecimentos.

É possível pensar que o movimento da Educação do Campo, além de questionar o direito à educação, como social e fundamental, indaga a construção de políticas públicas. São públicas as políticas públicas? No Brasil, é inédita a construção de experiências educativas no campo que envolvem trabalhadores, universidades, movimentos sociais, sindicatos, igreja, governos estaduais e o federal. Essas experiências foram possibilitadas pela criação do Pronera (que tem em sua origem as lutas dos movimentos sociais) e pela formulação de uma legislação ou de um conjunto de diretrizes nacionais para as escolas do campo. Esses dois fatos demonstram que é possível a política pública ser, de fato, pública, ou seja, marcada pela participação da maioria interessada no tema.

Outra pergunta que merece atenção: a Educação do Campo como direito social garantirá que a população permaneça no campo? A resposta a essa questão requer um pensar multifacetado, pois a permanência de trabalhadores no campo depende de política agrícola direcionada à pequena produção, particularmente a de preços dos produtos, de investimento em transporte e em infraestrutura para que a circulação nas estradas seja facilitada; investimentos em saúde, em formação técnica e estratégica. Estes dois últimos fatores são fundamentais, pois se referem à aquisição de conhecimentos necessários para a criação de novas formas de produção, a exemplo do que propõe a Escola Latino-Americana de Agroecologia.

Esse fato é, novamente, uma amostra de que a Educação do Campo é mais do que escola, pois permite problematizar as condições de trabalho e a importância de uma formação inicial e continuada, direcionada para as condições de produção no campo. É o que justifica a existência de cursos de Direito, Agronomia, Geografia, Pedagogia, entre outros, para os beneficiários da reforma agrária. O conhecimento é a chave da emancipação, porque abre outras portas para a negociação política e para a valorização do campo no Estado brasileiro.

## 5 Sinais de políticas públicas em construção: considerações finais

Costa (2002), ao discutir esfera pública, destaca que “[...] ela se torna a arena onde se dá tanto o amálgama da vontade coletiva quanto a justificação das decisões políticas previamente acertadas” (p. 15). Para ele, não se trata de pensar esferas públicas “[...] paralelas e separadas da ‘esfera pública burguesa’. Ainda que preservem os seus mecanismos próprios de comunicação, tais movimentos e organizações interagem com o Estado e as instituições” (p. 36).

É elucidativa a afirmação do GECD (1998-1999) sobre os sujeitos que constituem a esfera pública:

[...] os movimentos sociais e organizações voluntárias da sociedade civil têm que enfrentar o difícil *aprendizado da gestão pública*, que vem sendo realizado em meio a fortes tensões e contradições, entre elas, inclusive, uma forte assimetria de poder entre os representantes da sociedade civil e do Estado. (p. 70-71, grifos do autor).

Para o referido grupo, o conceito de esfera pública “[...] recupera a importância de um espaço público de negociação e debate entre interesses divergentes, com base em regras conhecidas e pactuadas [...]” (p. 74).

Em conclusão de sua obra sobre o protagonismo da sociedade civil, Gohn (2005) destaca que

[...] o compromisso ético e a opção pelo desenvolvimento de propostas que tenham por base o protagonismo da sociedade civil exige uma clara vontade política das forças democráticas organizadas para a construção de uma nova sociedade e de um espaço público diferente do modelo neoliberal, construído em cima de exclusões e injustiças (p. 113).

As três obras citadas nos permitem visualizar aspectos que se somam: primeiro, a esfera pública como expressão da vontade coletiva e das decisões políticas; segundo, a esfera pública como lugar de aprendizado da negociação e da gestão pública, e, terceiro, a vontade política e o compromisso ético como elementos necessários à construção de uma sociedade diferente.

Em que o movimento da Educação do Campo tem dado sinais tanto da construção de uma esfera pública quanto em relação à construção de políticas públicas?

Primeiro, os encontros e conferências nacionais da Educação do Campo dão visibilidade à esfera pública em construção. Basta olhar para os sujeitos que integram a organização e o apoio a tais conferências: movimentos sociais, governos, entidades internacionais, igreja, sindicatos, universidades, entre outros.

Segundo, as declarações proferidas ao final dos eventos destacam a proposição de ações políticas urgentes quanto à continuidade da escolarização dos povos do campo. Essas declarações e manifestos constituem prova material da participação efetiva da sociedade organizada na luta por políticas públicas.

Terceiro, a publicação das Diretrizes Nacionais para as Escolas Básicas do Campo demonstra a força dos movimentos sociais em inscrever, no documento oficial, grande parte das modificações e diretrizes que devem incorporar o debate, a prática e a política da Educação do Campo.

Quarto, talvez o sinal mais relevante da construção de políticas públicas de Educação do Campo seja o avanço da Educação do Campo na Educação Superior no Brasil, nos cursos de formação inicial e continuada em desenvolvimento nas diversas universidades federais e estaduais. Este, quem sabe, seja o sinal mais expressivo da tensão gerada pelo movimento da Educação do Campo: o acesso à educação superior e a modificação da estrutura curricular da universidade, uma vez que os cursos geralmente são organizados segundo a concepção de alternância tempo-escola e tempo-comunidade, em grande parte com fundamento no debates sobre trabalho e educação.

Quinto, a organização de seminários de Educação do Campo em diversos estados brasileiros, potencializando, por meio das parcerias entre a sociedade civil organizada e os governos, a formação continuada de professores, pedagogos e diretores das escolas localizadas no campo.

Sexto, a ampliação dos grupos de estudos nas universidades, intensificando os trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses sobre Educação do Campo e ampliando os projetos de extensão e de pesquisa voltados à temática. As associações de pesquisa, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em suas reuniões regionais, têm realizado debates sobre a Educação do Campo, como a ANPEd Norte e Nordeste, que traz, em sua composição, um Grupo de Trabalho em Educação do Campo.

Esses sinais de uma prática social coletiva demonstram que é possível construir uma política pública, de fato pública. E que essa construção, num cenário tenso de avanços e recuos, está em andamento na sociedade brasileira. Como afirmou Munarim (2008, p. 14), “[...] Assim, com os ‘novos movimentos sociais’, estamos diante de um processo pedagógico – e político, é sempre bom lembrar – igualmente novo no horizonte das lutas populares do campo brasileiro.”

### **RURAL EDUCATION MOVEMENT –**

#### **TENSIONS IN THE STRUGGLE FOR A SOCIAL RIGHT AND THE SIGNS OF CONSTRUCTING PUBLIC POLICIES**

This article questions the rural education and intends to demonstrate signs of public policies construction which has been possible due to the effective rural workers participation. Current rural education has been effectively executed for a decade, taking the National Conference for a Rural Basic Education in 1998 as a landmark. It

integrates the workers struggle for the accomplishment of a social right – education. It also takes for granted the concept of emancipatory education, in terms of Mészáros, putted against the concept of excludent education that ignores the rurality of Brazilian territory. Current rural education is opposed to the previous model. It is constructed collectively by workers, and in an increasing national movement it has been enhancing educational projects, partnerships, governmental segments engagement as well as the need of curricular changes, especially in higher education.

**KEY WORDS:** Education. Public policies. Rural education. Social movement.

## Referências

- CALDART, R. S. Sobre a Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. (Org.). *Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação*. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008. p. 67-86.
- COSTA, S. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CRUZ, M. P. *Escola pública rural no município de Campo Largo*. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2009.
- CUNHA, M. H. *A educação escolar na comunidade de ilhéus da Ilha Rasa, litoral norte do Paraná*. Apresentação oral feita ao Grupo de Estudos Prática Educativa e Movimentos Sociais do Campo, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 20 de março de 2009.
- GECD. Grupo de estudos sobre a construção democrática. Esfera pública e democracia no Brasil. *IDÉIAS*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. IFCH: UNICAMP, v. 5, n. 2; v. 6, n. 1, 1998-1999.
- GOHN, M. da G. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005. (Questões da nossa época, v. 123).

MACHADO, C. S. A. *Educação do Campo: expressividade corporal na prática educativa*. 156f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2009.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MUNARIM, A. *Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção*. 17f. In: Reunião da ANPED, 31. 2008, GT 3 – Movimentos Sociais e Educação. Caxambu, MG. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

PEREIRA, R. E. *A consolidação de escolas unidocentes como política de educação para a zona rural no estado do Paraná*. São Paulo: Annablume, 2002.

VAZ, G. K. T. *Escola do campo, trabalho pedagógico e relação com a comunidade*. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2009.

VEIGA, J. E. da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VERDE, V. V. *Territórios, ruralidade e desenvolvimento*. 35 f. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), 2004.

Recebido em 14 abr. 2009 / aprovado em 14 maio 2009.

#### **Para referenciar este texto**

SOUZA, M. A. de. O movimento da Educação do Campo, as tensões na luta por um direito social e os sinais da construção de políticas públicas. *EccoS*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 39-56, jan./jun. 2009.